

«

Pedecão Construções, Lda

Rua do Bairro Novo, N.º 17 Pé de Cão -
2350-177 - OLAIA

Assunto	V/ referência	Data	N/ referência	Data
Convite: EMPREITADA 2025_03_DIT(DOM) Unidade de Saúde de Torres Novas - Aplicação de Divisórias e Infraestruturas para a compartimentação de gabinetes médicos e Alteração de Vãos			S/1617 /2025	19/02/2025

Convida-se V. Exas. a apresentar proposta para o procedimento mencionado em epígrafe, em conformidade com as peças de procedimento que constam plataforma electrónica de contratação pública acinGov com o seguinte endereço electrónico: <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN - Academia de Informática Brava Engenharia de Sistemas Lda, onde são indicadas as especificações e outros elementos que, nos termos legais, terão de ser observados neste procedimento:

1 - Entidade adjudicante

Município de Torres Novas

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas no uso de competência própria, por despacho de 08/02/2025.

3 - Órgão competente para prestar esclarecimentos

a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devem ser solicitados, por escrito, através da plataforma electrónica acinGov na funcionalidade de “Pedidos de Esclarecimento/Retificação” utilizando a opção “Adicionar Pedido de Esclarecimento/Retificação”.

b) Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior, serão prestados, por escrito, através da plataforma electrónica acinGov na ferramenta “Pedidos de Esclarecimento/Retificação”, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4 - Escolha do procedimento

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos.

5- Documentos da proposta

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do anexo I do Programa do Procedimento. A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deverá ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

b) Declaração da concorrente elaborada em conformidade com Minuta de Proposta;

c) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;

d) Um plano de trabalhos, tal como definido no art.º 361.º do Código dos Contratos Públicos, que evidencie a sequência e a duração das diversas atividades, sendo constituído, pelo menos, por gráfico de barras (Gantt), com indicação de precedências e do caminho crítico, e por uma memória descritiva com a

estratégia de execução da obra e os elementos demonstrativos da viabilidade do seu cumprimento, evidenciando e justificando os meios humanos e materiais e os rendimentos previstos para as atividades mais relevantes e determinantes do prazo de execução da obra;

e) Um cronograma financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;

f) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, a qual deverá especificar, para as atividades mais relevantes, os métodos construtivos, a proveniência dos materiais, o controlo da qualidade, a organização do estaleiro e disposições que pretende tomar para garantir o cumprimento das normas relativas à higiene, saúde e segurança;

g) Declaração do concorrente que mencione os valores dos trabalhos a efetuar correspondentes a cada uma das habilitações contidas nos alvarás, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com as classes daquelas habilitações, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 60.º do Código dos Contratos Públicos;

h) Declaração de Inexistência de Impedimentos a que se refere o n.º 4 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

i) Certidão Permanente.

6 - Prazo para apresentação das propostas

Até às 23,59 h do 5º dia a contar da data do envio dos convites.

7 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8 - Modo de apresentação da proposta

a) A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes.

b) A entrega das propostas do presente procedimento será efectuada na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, onde deverá incluir nas áreas “1 - Informação Geral”, “2 - Informação Adicional”, “3 - Itens da Proposta” e “4 - Documentos da Proposta”, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o concorrente entenda convenientes:

Área: 1 - Informação Geral

*Ref. da Proposta

Campo a preencher pelo concorrente, indicando a referência do concorrente dada à proposta.

*Preço da proposta

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que aplicável.

*Prazo de entrega/execução

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que aplicável.

*Membros dos agrupamento concorrentes

Campos a preencher pelo concorrente, sempre que a proposta seja apresentada no âmbito de um agrupamento de concorrentes.

*Observações

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que aplicável.

Área: 2 - Informação Adicional

• Informação adicional relativa a proposta.

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

Área: 3 - Itens da Proposta

*Preços Unitários

- Coluna a ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas “Designação” e “Unid.”

- Preencher, para cada uma das posições colocada com o preço unitário, expresso em euros, sem IVA.

- Os preços, não deverão ter mais de duas casas decimais, indicados pelos concorrentes incluem obrigatoriamente todas as despesas com a logística da entrega dos respectivos produtos nos locais e horários mencionados pelos destinatários.

Área: 4 - Documentos da Proposta

*Nesta área é possível associar e carregar para a proposta documentos solicitados no nº 5 do presente convite, bem como, outros documentos que o concorrente considere relevantes.

Os concorrentes deverão assinar electronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.

9 - Negociação

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

10 - Critérios de adjudicação

O critério de adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos - monofator avaliação do preço.

11 - Preço base do procedimento

O preço base do procedimento é de 12.480,38€ acrescido de IVA á taxa legal em vigor

12 - Prazo de execução

O período de execução/fornecimento é de 30 dias.

13 - Documentos de habilitação a apresentarem pelo adjudicatário. (art.º 81º do CCP)

Ao adjudicatário será solicitada, no prazo de 5 dias, a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do nº 1 do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do art.º 55º do CCP.
- c) Alvarás emitidos pelo Instituto do Construção e do Imobiliário (IMPIC), nos termos da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, com as seguintes autorizações:
 - i) Da 7.ª subcategoria da 1.ª categoria (Trabalhos em Perfis não Estruturais) e da classe correspondente ao valor da sua proposta.
 - ii) A titularidade do documento de classificação, contendo as autorizações exigidas, prova-se pelo cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos.
 - iii) O adjudicatário terá que proceder, no prazo de 8 (oito) dias, à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do Código dos Contratos Públicos.

14 - Modo e valor de prestação da caução

1 - Não é exigível nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP.

2 - A entidade adjudicante pode, sempre que o entender conveniente, proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efectuar.

15 - Outorga do contrato

Será exigível a redução a escrito do contrato excepto nas situações previstas no artigo 95º do CCP.

Em tudo o não especificado no presente convite e respectivo anexo, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do objecto do contrato.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão Contratação Pública e Património

Por delegação de competências de 16/05/2022